
E

DITORIAL

Ao longo da história do Ocidente, sexo e religião nunca se divorciaram. O sexo e a sexualidade jamais foram alheios às elaborações religiosas; ao contrário, a sua conjugação no Ocidente é constitutiva de ambos, e também do vasto campo de valores morais, sociais e culturais considerados, em grande medida, como seculares. Veremos neste número como algumas dicotomias geradas no interior do vasto universo cristão, em muitas partes do mundo, se desenvolveram desde o nascimento do mundo moderno e do expansionismo colonial. As polaridades como o secular e o religioso, o sexo e virtude, a religião e a luxúria, o pecado e a santidade, o sexo e a liberação, o sexo e a verdade, o sacrifício e a redenção, o ascetismo, a bruxaria, o fetichismo, o prazer e o gênero, entre outras, serão em parte revisitadas analiticamente em mais de um artigo. Os autores deste número colocam em cena de modo instigante práticas diversas de objetivação dos sujeitos bem como modalidades inusitadas de elaboração de fronteiras sociais. Ao lado da expansão da religião nas esferas públicas em escala mundial e também do questionamento crescente sobre os limites entre o religioso e o secular no mundo contemporâneo, o nosso interesse é dar lugar às controvérsias relacionadas à sexualidade, às identidades de gênero, às tecnologias e dispositivos relativos a corporalidades e sexualidades diversas.

Longe de aplinar as tramas complexas que tecem e as relações entre sexo e religião, os autores apontam para o florescimento constante de novos modos de constituir o par religião e sexo na vida social.

Marcelo Natividade destaca no seu artigo a elaboração ritual que constrói performativamente o caráter “inclusivo” de “igrejas que compatibilizam a religiosidade cristã com a homossexualidade”. Natividade deslinda etnograficamente as formas pelas quais as igrejas chamadas de *inclusivas* entrecruzam “linguagens religiosas e performances de gênero”. Um tratamento minucioso dos seus dados etnográficos ressalta construções da pessoa e de modalidades de subjetivação não tematizados

pela literatura atual: relações amorosas entre o divino e os homens, intensificação do feminino como “potência criadora”, simbiose entre pessoa e Jesus, sentimentos de autenticidade e verdade de si, subjetividades transformadoras, trânsitos de gênero e assim por diante.

Natânia Lopes no artigo que integra este dossiê se debruça a conversão ao pentecostalismo de mulheres prostitutas. Ponderando nesse contexto como esta categoria não recobre apenas a mulher que faz sexo por dinheiro, mas toda mulher que tem múltiplos parceiros, a conversão, como defende, lhes permite uma nova posição de sujeito através de um pertencimento religioso. Seu texto é bom para pensar a importância do *tempo* no trabalho da conversão, uma categoria chave para a análise da relação entre sexo e religião quando aplicada a vidas específicas. Idade, geração, mudança social e, sobretudo, uma emoção: o arrependimento, pensado como aquele ato de olhar para trás e fazer o pacto com o futuro de não reincidir. O artigo de Natânia Lopes é rico em metáforas sobre os sentimentos e suas temporalidades: “o gozo dura pouco e a culpa é coisa longa” diz em algum momento do artigo, lembrando que os sujeitos se constroem em suas capacidades de redenção e que o flerte com as normas funciona para estas convertidas como dispositivo para lidar com o sofrimento.

Apoiando-se na perspectiva conceitual de Saba Mahmood, Johnson e Aguirre tomam a noção de *apartamento* como central para o controle dos desvios sexuais evangélicos. Em “Ovejas apartadas” encontramos uma rica problematização da noção de sujeito que pode dialogar facilmente com o artigo de Natânia Lopes. Os autores nos convidam a uma imersão nas trajetórias de duas mulheres evangélicas lésbicas e suas formas de negociarem um lugar possível de existência, sem abandonarem seus pertencimentos evangélicos. Sugerem que as normas não são abandonadas, mas “habitadas” pelos sujeitos que assim vivem e elaboram suas existências de maneiras diversas. Assim se afastam da perspectiva de uma “mera imposição social” da normatividade sexual cristã aos sujeitos em posição de subordinação. Ao invés disso apontam como constitutivo das trajetórias das duas mulheres a incorporação da identidade evangélica de *apartada* que, no entanto, não se reduz a seus efeitos repressivos e excludentes. As formas de viverem a condição de *apartadas*, com efeito, incitaram e intensificaram movimentos de reflexividade nestas mulheres.

O artigo de Lorena Mochel, por sua vez, traz questões relevantes para pensar as relações entre convenções da sexualidade, da religião e do mercado. Essas relações são mediadas por consumos e produções generificados de objetos eróticos. O que corriqueiramente conhecemos como sex shop, no contexto de pesquisa de Mochel, passa por um processo que podemos chamar de “higienização” mercadológica e moral, para se tornar uma “boutique erótica”. Nesse estabelecimento, como nos empreendimentos que os circundam, assistimos a um processo de *feminização* dos objetos, dos modos de fala e dos mecanismos de venda como formas de fugir do estigma associado à pornografia. Assim, toma lugar um *erotismo politicamente correto* (Gregori, 2010 *apud* REIS, 2017), que combina sexualidade, saúde, fortalecimento

do self e, muito importante, pedagogias matrimoniais. Essa ampliação e feminização é algo que possibilitou a criação de um mercado erótico *gospel*, um tipo de empreendedorismo cristão que visa aproximar os crentes desse tipo de consumo e que tem como objetivo mais geral o aprimoramento da vida do casal, ou sua *salvação* através do escape da rotina. A saúde do casal – sem ofensas para as mulheres e sem ameaças para os homens – como expressão do amor romântico, constrói-se na separação dos dispositivos da sensualidade e da vulgaridade, formata e hierarquiza as expressões de gênero e edifica recortes de classe para a identificação dos consumidores.

A religião como sinônimo de repressão sexual, como se sabe, está profundamente cristalizada na cultura ocidental. Libertar o sexo da normatividade familiar e conjugal pode se fazer, acredita-se, através do abandono da religião, ou mais precisamente do cristianismo, como fonte primeira desses valores enraizados. A Wicca, baseada na mesma hipótese repressiva elaborada por Foucault, inverte o sentido dessas categorias, mas guardando a mesma lógica. Daniela Cordovil postula uma relação intrínseca entre sexualidade, espiritualidade e liberdade em todas as inúmeras vertentes da WICCA. Seu culto surge no Brasil através da expansão da Nova Era, relaciona-se com a contracultura, com o feminismo e modalidades de paganismo que proliferaram nos anos 60 e 70 do século passado. Liberdade e espiritualidade bem cultivadas pela ritualização ascética do sexo e da nudez fornecem, segundo Daniela Cordovil, o caminho para os membros da Wicca alcançarem uma vida plena de prazeres.

Foi no seio do fenômeno da contracultura, especialmente nos Estados Unidos, que repertórios religiosos orientais encontraram lugar como expressões do cuidado do si ou “tecnologias do eu”, como indicam Airton Luiz Jungblut e Vítor Hugo da Silva Adami, “sensibilidades terapêuticas que favoreciam um autorreflexivismo edificante e positivado”. Os autores se debruçam sobre os impactos da difusão em Ocidente dos Movimentos Hare Krishna e Rajneesh. Se o amor entre Krishna e Radha, seus encontros secretos marcados também por saudade, assim como as orgias entre Krishna e as gopis ainda hoje rendem cultos e rituais em festas populares, na Índia, na configuração ética Hare Krishna no Ocidente – comentam os autores – houve uma expansão e padronização da doutrina e das práticas dos iniciados que abandonou essas concepções mais orgiásticas, relativas ao Amor Transcendental, como ensinou Srila Prabhupada, seu principal precursor. Neste lado do mundo, o celibato e o ascetismo para os Sannyasis e a renúncia e regulação dos prazeres para os ingressantes se tornariam dispositivos fundamentais para um processo de purificação. Logo depois, na década de 1980, o Movimento Rajneesh, cujo líder é mais conhecido como Osho, ofereceu um “coquetel sincrético” que conjugava yoga, tantrismo, zen budismo, sufismo e taoísmo entre outras expressões de oriente. A construção de uma cidade para Osho e seus discípulos iniciados no interior do Estado de Oregon (USA) permitiu tanto o fortalecimento do movimento como o acirrado enfrentamento com grupos evangélicos que encontraram na era Reagan um pano de fundo favorável para seus empreendimentos conservadores. Jungblut e Adami destacam os embates entre con-

venções de sexo e religião no interior delas mesmas e delas em relação a seu contexto político e social, ao mercado que se conformou ao seu redor e aos estigmas e acusações que existiram para as práticas e para seus líderes.

Uma análise de cunho antropológico e histórico descreve e precisa delicadamente muitas nuances das regulações e normatividades cristãs. O artigo de Oscar Calavia Sáez, intitulado “*Contra naturam, contra connubium*: a sexualidade no cristianismo” é um texto precioso que conduz os leitores a caminhar por diversas práticas cristãs associadas à sexualidade. Interessante destacar o papel que o autor reconhece à demonologia em sua análise. Como indica, o desejo sexual surge como o principal instrumento de domínio do diabo no cristianismo. Já vimos como esta associação é explorada em outros artigos do dossiê. Para nossos tempos atuais de insistência em relações familiares “belas, recatadas e do lar”, de um desmonte da educação pela via de políticas a favor da família e contra as “ideologias de gênero e sexualidade”, a pesquisa de Calavia Sáez traz metáforas absolutamente incômodas e oportunas: o diabo como uma matéria sutil que perpassa as relações justamente por sua capacidade de trânsito imaterial e, simultaneamente, porque não tem gênero: ele é feminino e masculino, é hiperssexualizado em quantidade e qualidade e assim contrasta com a sagrada família em três pontos chaves, diz o autor: “a sexualidade, o gênero e a potência reprodutiva”.

Ressaltamos a afinidade do nosso eixo temático com os três artigos, exteriores a este dossiê, que também publicamos neste número. O artigo de Luiz Fernando Duarte analisa a sessão que julgou a admissibilidade do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, detendo-se especialmente nas referências dos discursos dos deputados à família e à religião. Aponta para uma presença importante “das categorias associadas à religião, à família e à localidade”, o que, segundo o autor, “indica a adesão a uma visão relacional preeminente”. No entanto, ao discorrer sobre a sessão do impeachment, Luiz Fernando Duarte evoca a importância que “as narrativas universalistas modernas...” que ali se expressaram no jogo político em curso. Indaga com pertinência como se fazem os arranjos políticos e ideológicos entre estas duas ordens, tradicionais e modernas, apesar do relevo que assumiu na esfera pública o conservadorismo evangélico. Sinaliza aos leitores que a visão conservadora da bancada evangélica também se ampara no tradicionalismo moral e religioso das camadas populares, cujas raízes históricas se perdem no tempo. Dos complexos arranjos políticos e ideológicos que Luiz Fernando Duarte analisou se incluem a parca adesão popular a um horizonte cívico, moderno e universalista como princípio norteador da esfera pública.

Os dois últimos artigos desse número versam sobre a grande questão da atualidade, transversal a todos textos: a indissociabilidade das categorias secular e religioso, diretamente problematizada pela etnografia de Luiz Fernando Duarte e centralmente discutida na tradução do ensaio de Charles Hirshkind. Revisitando os eixos importantes dessa questão, Bruno Reinhart faz um apanhado histórico-conceitual de seus termos enfocando o artigo de Charles Hirshkind. O título do ensaio de Hirshkind

revela um pouco o seu teor ao mesmo tempo instigante e provocativo: “Existe um corpo secular”? Convidamos os leitores a um mergulho nas controvérsias conceituais que mais renovaram as formas de pensar a religião contemporaneamente nos três textos que fecham este número.

Patricia Birman e Maria Elvira Díaz Benítez